

A relação entre a Teologia da Libertação e o Magistério da Igreja no pontificado de João Paulo II

Antonio Ailson Aurelio¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar de forma sintética a relação entre a Teologia da Libertação e o Magistério da Igreja no pontificado de João Paulo II. Para tanto se utilizará de dois documentos da Congregação para a Doutrina da Fé: Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação e Instruções sobre a liberdade cristã e a libertação. O desencontro entre Magistério e Teologia da Libertação se dá pelo fato daquele perceber nesta o uso de elementos não cristãos pela mesma, haja vista que o método marxista serviu como instrumento de análise social para a Teologia da Libertação. A principal ressalva é que além de ser estranho ao cristianismo o uso de tal método pode levar a violência devido à luta de classes. Não obstante os desencontros a Teologia da Libertação amadureceu e continua permeando as reflexões teológicas e pastorais na América latina, principalmente com o método Ver-Julgar-Agir.

Palavras-chave: Libertação; doutrina; teologia; instrução; Marxista.

1. Introdução

O Presente artigo visa ampliar a compreensão da Igreja inserida no mundo contemporâneo, pós Vaticano II no tocante a relação entre a Teologia da Libertação e o Magistério da Igreja no pontificado de João Paulo II.

A Teologia da Libertação foi uma tentativa de consciências cristãs críticas, em responder aos anseios de liberdade de um povo oprimido social, cultural, político e economicamente pelas estruturas injustas na América Latina. Acompanhado de reflexões teológicas, o próprio povo oprimido toma consciência de sua força e de seu protagonismo. Porém, o uso da mediação de métodos de análise social exterior ao

¹ Professor de História da Igreja na FAMIPAR (Faculdade Missioneira do Paraná), graduado em Filosofia, Teologia, História e Bens Culturais da Igreja e Mestre em História da Igreja.

cristianismo, no caso, o marxismo, ocasionou alguns desvios que segundo as autoridades eclesiásticas seriam desastrosos.

Por isso, criou-se um clima hostil entre o Magistério da Igreja e Teólogos da Libertação, onde muitas discussões aconteceram. Não obstante os problemas, atualmente tal Teologia continua suas reflexões de forma mais madura e cristã, mais equilibrada e menos marxista.

2. Breve Contextualização Histórica

A Teologia da Libertação desenvolve-se na América Latina, porém, sua origem é muito discutida. Persistem muitas opiniões discordantes tanto interna quanto externamente no que diz respeito ao seu surgimento. Por isso, apresentar seu desenvolvimento histórico é tarefa complexa e extensa. Deste modo, far-se-á apenas uma tentativa de explanar em linhas gerais seu surgimento e desenvolvimento. A busca é pautada pela imparcialidade, por isso, servir-se-á de literaturas simpatizantes quanto de críticos da Teologia da Libertação. Ressalta-se que o foco do presente artigo não é sua história, nem as obras dos seus teólogos, mas a relação da mesma com o Magistério da Igreja no pontificado de Joao Paulo II.

Antes de adentrar propriamente no tema se faz necessário recordar sinteticamente alguns fatos que marcaram a vida da Igreja no mundo contemporâneo e que tem relativa importância. No século XIX destaca-se a resistência ao modernismo capitaneada pelo ultramontanismo, o qual enfatizava a autoridade papal e a centralidade de Roma, inserido no movimento político chamado de restauração pós Revolução Francesa. No ano de 1848 Marx e Engels publicaram o Manifesto Comunista, o qual inspirou alguns regimes de governo e a “luta de classes”. Logo em seguida acontece a publicação da Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, a qual marcou a abertura do diálogo com a modernidade no que se refere à questão a questão social. Foi o início de forma sistematizada da doutrina social da Igreja.

Já no contexto da preparação para o Vaticano II, surgem num primeiro momento, teólogos como K. Barth, P. Tillich, K.

Rahner, U. Von Balthasar, entre outros, os quais trouxeram a reflexão teológica à luz da racionalidade moderna. Num segundo momento, aparecem na teologia europeia as chamadas teologias do genitivo articuladas mais ou menos assim: teologia política (J. B. Metz), teologia da esperança (J. Moltmann), teologia das realidades terrestres (G. Thils), teologia da cultura (P. Tillich), entre outras, tentando inserir a teologia no patamar da razão prática, centrada nas práticas dos sujeitos sociais contra as situações de injustiça, violência e pobreza².

Foi nesse contexto que surge também a Teologia da Libertação, porém com diferencial de ser mais concreta, o que Brighenti situa no patamar da “perspectiva de uma recepção criativa do Concílio Vaticano II”³, tentando inserir as proposições do mesmo, no contexto latino americano. Em vista disso, ela fará uso de métodos socioanalíticos para uma análise mais efetiva da realidade social opressora que se busca alterar. O discurso teológico enfoca a práxis da fé e a práxis social do próprio pobre e oprimido. Assim, o discurso teológico aliado às mediações da prática adquire um caráter militante, já que a libertação precede a teologia, em outras palavras, primeiro transformação social, depois evangelizar⁴.

Assim, é possível situar seu surgimento especificamente na América Latina. Segundo **Libânio** ela “deita suas raízes lá onde a Igreja em Medellín optou pelos pobres e onde surgiram as CEBs”⁵. Porém, suas raízes mais profundas se encontram em experiências francesas nas décadas de 1950 – 1960, transmutadas em países como Brasil, México, Venezuela e Chile, onde a situação de pobreza de grande parte da população era interpelante e muitos padres consideravam que o ritualismo

² Cf. BRIGHENTI, Agenor. *A Pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática transformadora da fé: Manual Básico de Teologia Pastoral* (coleção Livros básicos de Teologia). São Paulo: Paulinas; Valencia: Siquem, 2006, p. 47-49.

³ Cf. BRIGHENTI, Agenor. *A Pastoral dá o que pensar*. p.37.

⁴ Cf. BRIGHENTI, Agenor. *A Pastoral dá o que pensar*. p. 48-49.

⁵ LIBANIO, Joao Batista. *A Igreja contemporânea: encontro com a modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000. p. 136.

estava incompreensível por tais multidões⁶. Diante de tal realidade, padres e leigos elaboram uma nova teologia tentando “enxertar uma mensagem evangélica sobre o arbusto da revolução”⁷, linguagem esta simpática as massas exploradas.

Tudo começa em 1971 quando Gustavo Gutiérrez lança a obra *Teologia da Libertação*. No seu rastro seguem Juan Luis Segundo no Uruguai e Leonardo Boff no Brasil. A princípio anuncia-se libertação da teologia com a pretensão de responder a realidade latino-americana sem ser mera reprodução de teologias europeias.

Pode-se distinguir, então, no seu desenvolvimento três fases: a preparação entre 1962-1968; a formulação entre 1968-1975; e a sistematização a partir de 1976. O que resulta também em tríplice plano: a) sociopolítico, com a libertação dos oprimidos; b) antropológico, com a libertação de uma sociedade discriminadora das classes; c) teológico, com a libertação do pecado, raiz última de toda injustiça⁸.

Sua principal proposição segundo Libânio é “motivar e iluminar a fé do cristão na luta pela libertação [...] Não há oposição entre fé e política, entre fé e luta libertadora, entre fé e compromisso social”⁹. Assim, o cristão apresenta-se como sujeito da transformação social, e o papel do teólogo é conciliar a teoria teológica com a práxis de fé do povo, considerando a força evangelizadora dos pobres. O método utilizado é o ver-julgar-agir, bem pedagógico e de fácil aplicação. Por isso, a facilidade em mobilizar o povo católico em prol da busca da libertação. Diante dessa força, as conferências de Medellín e Puebla, utilizam em larga escala o termo libertação, inserido na opção preferencial pelos pobres¹⁰.

⁶ Cf. SUFFERT, Georges. *Tu és Pedro: Santos, Papas, Profetas, Mártires, Guerreiros, Bandidos, A história dos 20 séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 482.

⁷ Idem, 482.

⁸ Cf. GIBELLINI, Rosino. *A Teologia do séc. XX*. São Paulo: Loyola, 1998. p. 347-348.359.

⁹ LIBÂNIO, Joao Batista. *Igreja contemporânea*. p. 136.

¹⁰ Cf. GIBELLINI, Rosino. *A Teologia do séc. XX*. p. 349.

Foi naquele contexto, que um grupo de cristãos iniciaram o movimento de cristãos pelo socialismo, os quais afirmavam sua fé cristã inserida numa convicção revolucionária socialista de inspiração marxista, que partindo de seus pressupostos buscavam a conquista do poder pela classe trabalhadora¹¹. Com isso, surgem os que os são partidários de uma chamada “violência justa”, na medida do mal que se quer eliminar, denunciando as estruturas injustas e pecaminosas, como afirmava o arcebispo de El Salvador Oscar Arnulfo Romero¹².

Percebe-se muitos aspectos positivos na Teologia da Libertação, não obstante, alguns pontos de sua reflexão e práxis foram combatidos pela Igreja, que percebia possíveis riscos para a fé e procurou corrigir e conter sua difusão. Sem sombras de dúvidas que o fenômeno da Teologia da Libertação é muito mais complexo do que o exposto até o momento. Mas em linhas gerais, basta para uma ideia de sua gênese e de suas formulações, o que possibilita focar no objetivo deste artigo que é a sua relação com papado de Joao Paulo II.

3. Debates e Controvérsias

3.1 A Comissão Teológica Internacional (CTI)

Desde 1974, a Comissão Teológica Internacional iniciou estudos sobre a Teologia da Libertação, através de uma subcomissão presidida por *Karl Lehmann*. Esse estudo resultou em 1977 no Dossiê teológico sobre a Teologia da Libertação, o qual focou mais especificamente o tema da relação entre promoção humana e salvação cristã. A declaração conclusiva dessa subcomissão aponta para a correta aplicação dessa

¹¹ Cf. LIBANIO, João Batista. *Igreja contemporânea*. p. 147.

¹² *João Paulo Segundo: 26 anos de pontificado*: A primeira advertência. 31 de janeiro de 1979. Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/papa_pontificado/reportagem_310179.html. Acesso em 25/10/2012.

teologia. Tal dossiê reconhece a Teologia da Libertação como voz profética, e ao mesmo tempo enfatiza as ambiguidades dela. Não obstante, chama a atenção para a necessidade de se alargar os estudos e as pesquisas, haja vista a complexidade de tal movimento teológico, que por sua vez se desdobrava em várias correntes¹³.

3.2 Manifestações do Papa João Paulo II

Não se pode esquecer a origem do então Karol Wojtyła, antes de ser Papa. Desde sua infância foi marcado pela experiência em viver sob o regime comunista, por sua vez inspirado nas ideias do Manifesto Comunista de Marx e Engels. Sem dúvida, a dominação comunista deixou marcas profundas em sua vida, o que pode ter influenciado em suas atitudes como Papa em relação ao comunismo. Ele é considerado por muitos como um dos responsáveis pelo declínio do comunismo na Europa, além disso, existem os que veem nas ações de Joao Paulo II um retorno a chamada Grande disciplina da época pré-conciliar¹⁴.

Em reportagem da revista Veja de 31 de janeiro de 1979, no contexto da viagem para a Conferencia de Puebla, antes de desembarcar em território americano João Paulo II teria afirmado aos jornalistas: “A Teologia da Libertação é uma teoria falsa [...] se se começa a politizar a teologia, já não é mais teologia. Trata-se de uma doutrina social, um tipo de teologia, mas não de doutrina religiosa”¹⁵.

¹³ Cf. GIBELINI, Rosino. *O debate sobre a Teologia da Libertação*. São Paulo: Loyola, 1987, p. 57-58.

¹⁴ Cf. CONTIERO, Tiago Tadeu. *Joao Paulo II e a Teologia da Libertação: volta a grande disciplina*. UNESP/Franca. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/pdf/st11/Contiero,%20Tadeu.pdf>. Acesso em: 25/10/2012, p.7.

¹⁵ *João Paulo Segundo: 26 anos de pontificado*: A primeira advertência. 31 de janeiro de 1979. Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/papa_pontificado/reportagem_310179.html. Acesso em 25/10/2012

Na mesma ocasião, João Paulo II concedeu entrevista exclusiva a revista *Veja*, na oportunidade ele usa linguagem mais amena:

VEJA – Que importância Sua Santidade atribui a Igreja brasileira, no conjunto da Igreja latino-americana?

JOÃO PAULO II – Ela ocupa uma posição excepcional, sem dúvida. Sobretudo como país, como território, o Brasil é um continente. É uma Igreja com 300 bispos! Tem, também todos os problemas do desenvolvimento contemporâneo. Por conseguinte, o Brasil tem problemas sociais. Há enormes diferenças entre ricos – uma minoria como classe social – e pobres. São problemas a resolver. A resolver de uma maneira que eu diria humana, conservando o direito de cada um. São problemas difíceis, mas eu espero que a Igreja no Brasil, tão amplamente difundida por ser tão identificável com o povo, seja capaz de dar luz e contribuição para tal solução. Não uma solução violenta, mas uma solução de persuasão, de convicção, de opinião pública.

VEJA – Sua Santidade aprova, então, uma reflexão teológica a partir dessa realidade social e de todos esses problemas concretos da América Latina?

JOÃO PAULO II – Mas sem dúvida! Não pode ser de outra maneira. Foi o Concílio Vaticano II que abriu essa possibilidade, não?

VELA – Como Sua Santidade recebe as críticas que se fazem a essa reflexão teológica e, sobretudo, a Teologia da Libertação

JOÃO PAULO II – Você sabe, a Teologia da Libertação é uma teologia verdadeira, mas pode ser talvez uma falsa teologia. Se se começa a politizar a teologia, aplicar sistemas ou meios de análise que não são cristãos, então não é mais teologia. Teologia da Libertação sim, mas qual?¹⁶

Segundo Suffert, o Papa João Paulo II não abençoou nem condenou a Teologia da Libertação, fez várias viagens a fim de conhecer tal realidade. Levou em consideração os vários

¹⁶ Idem.

relatórios que recebera e visitou inclusive vilas e aldeias do interior. Sua posição evoluiu, reconheceu a razão de seus interlocutores como uma atitude apostólica, apesar de não perceber bons frutos de tal teologia¹⁷.

Percebe-se assim, uma relativa abertura, porém enfática condenação. Por isso, ainda na atualidade se ressalta mais sua hostilidade a Teologia da Libertação.

3.3 Manifestações da congregação para a doutrina da fé

Diante das discussões que permeavam o assunto da Teologia da Libertação, o magistério da Igreja vê a necessidade de formular instruções para conter os possíveis erros e distorções da mesma através da Congregação para a Doutrina da Fé, cujo prefeito era o então Cardeal Joseph Ratzinger, o qual em 2005 sucedeu Joao Paulo II no Pontificado.

3.3.1 *Libertatis Nuntius*: Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação¹⁸

Esta instrução foi promulgada em 06 de Agosto de 1984 e visava delimitar os aspectos da Teologia da Libertação que iriam contra a reta doutrina da Igreja, principalmente a utilização por parte dessa teologia do método de análise marxista. Posteriormente a mesma Congregação se propôs a complementar as instruções em um novo documento com enfoque mais doutrinal explanando acerca do tema libertação.

Já na introdução da citada instrução enfatiza-se que “o Evangelho de Jesus Cristo é mensagem de liberdade e força de libertação”, porém a verdadeira libertação é a da escravidão do pecado, esta por sua vez exige a libertação de muitas outras escravidões da qual deriva: cultural, econômica, social e política. O problema segundo o documento é que muitos

¹⁷ Cf. SUFFERT, Georges. *Tu és Pedro*. p. 482-483.

¹⁸ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*. São Paulo: paulinas, 1984. 53p.

acentuam unilateralmente a libertação das escravidões de ordem terrena e temporal e para isso utilizam sem suficiente precaução crítica de instrumentos do pensamento que é difícil, até mesmo impossível, purificar de uma ideologia incompatível com a fé cristã.

No cap. I, reconhece-se como positiva a aspiração pela liberdade, pela justiça, pela distribuição das riquezas, entre outros graves problemas da sociedade, que mostram a deplorável situação de muitos nos países de 3º mundo.

O cap. II exorta ao cuidado e ao discernimento crítico das muitas “ideologias que ocultam ou pervertem o sentido” (ITL¹⁹,II,3) da aspiração pela justiça “pregando meios de ação que implicam o recurso sistemáticos a violência” (ITL,II,3).

A libertação como tema cristão é tratada no cap. III, o qual ocasionou o nascimento da Teologia da Libertação na América Latina com o problema de “englobar posições teológicas diversificadas; suas fronteiras doutrinárias são mal definidas” (ITL,III,3).

Biblicamente as aspirações à libertação são válidas. Assim, o cap. IV traz a fundamentação bíblica do tema e toma como paradigma o Êxodo, e a designação de Deus como “Libertador”, no qual o povo confia e espera. “Assim, os ‘pobres do Senhor’ vivem numa dependência total e confiante na providência amorosa de Deus” (ITL,IV,5). Os profetas são aqueles que incessantemente pregaram a justiça social, assim como as bem aventuranças. Enfatiza-se o amor mútuo como solução e pressuposto para a libertação do pecado em primeiro lugar, e com esta, as outras consequentemente.

O cap. V traça um histórico das manifestações do magistério a este tema, demonstrando a já reinante preocupação em despertar as consciências para a justiça, responsabilidade e solidariedade social.

Com o título “uma nova interpretação do cristianismo” o cap. VI, destaca a precipitação de muitos em resolver os problemas sociais, levando a se perder de vista o essencial, pois

¹⁹ Toda vez que for utilizado a sigla ITL, significa: Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação.

“são tentados a colocar entre parênteses e adiar para amanhã a evangelização: primeiro o pão, a palavra mais tarde” (ITL,VI,3). Com isso:

No presente documento, tratar-se-á somente das produções daquela corrente de pensamento que, sob o nome de “teologia da libertação”, propõe uma interpretação inovadora do conteúdo da fé e da existência cristã, interpretação que se afasta gravemente da fé da Igreja, mais ainda, constitui uma negação prática dessa fé. Conceitos tomados por empréstimo, de maneira acrítica, à ideologia marxista e o recurso a teses de uma hermenêutica bíblica marcada pelo racionalismo encontraram-se na raiz da nova interpretação, que vem corromper o que havia de autêntico no generoso empenho inicial em favor dos pobres (ITL,VI, 9-10).

No cap. VII o documento ressalta que a análise marxista foi utilizada diante da impaciência de alguns cristãos de encontrar uma ação eficaz, como método de “análise científico das causas estruturais da miséria” (ITL,VII,2). Porém, o marxismo possui uma concepção totalizante do mundo, sendo inerente à sua utilização, carregar junto suas ideologias, entre elas a chamada luta de classes, que “continuam a estar vinculadas a um certo número de teses fundamentais que não são compatíveis com a concepção cristã do homem e da sociedade” (ITL,VII,8). Ainda, “lembramos que o ateísmo e a negação da pessoa humana, de sua liberdade e de seus direitos encontram-se no centro da concepção marxista” (VII,9), e com isso todas as contradições que tal esquema carrega consigo. Por isso, a Congregação para a Doutrina da Fé exorta que a “utilização, por parte dos teólogos, de elementos filosóficos das ciências humanas, tem um valor ‘instrumental’ e deve ser objeto de um discernimento crítico de natureza teológica” (ITL,VII,10).

A análise marxista é inevitavelmente ligado à práxis, sendo uma etapa do combate revolucionário. No cap. VIII o documento chama essa análise de consciência partidarista,

caminho para a luta de classes, e com isso, à violência e condicionando os princípios da moralidade nestes termos.

Já no cap. IX tal sistema é denominado como “perversão da mensagem cristã (ITL,IX,1), pois as premissas anteriormente citadas se encontram explícita ou implicitamente nos escritos dos teólogos da libertação e consequentemente presentes nas suas ações pastorais. Isso ocasiona a “politização radical das afirmações da fé e dos juízos teológicos” (ITL,IX,6). A consequência é a luta de classes como exigência da caridade, mudando-se o sentido cristão do pobre e da luta por seus direitos em luta de classes. Cria-se uma concepção de “Igreja do povo, a Igreja da luta libertadora organizada” (ITL,IX,12), pondo em xeque a estrutura sacramental e hierárquica da Igreja, até mesmo denunciando-os como representantes das classes dominantes, o que os torna também realidade a ser combatida.

O cap. X alerta que a Teologia da Libertação faz uma nova hermenêutica da sagrada Escritura, com enfoque político; põe de lado a interpretação autorizada do Magistério em vários pontos, principalmente quanto à cristologia; além de acarretar a “inversão dos símbolos no domínio dos sacramentos” (ITL,X,16), em especial a eucaristia. Assim, “decreta-se que o discurso deles (teólogos da libertação) é, em princípio, falso” (ITL,X,1).

Em seguida o documento propõe algumas orientações no cap. XI:

Todos aqueles, sacerdotes, religiosos e leigos que, auscultando o clamor pela justiça, quiserem trabalhar na evangelização e na promoção humana, fá-lo-ão em comunhão com seu bispo e com a Igreja, cada um na linha de sua vocação eclesial específica(ITL,XI,3).

Os teólogos são exortados a colaborar lealmente com o Magistério. A Igreja é em primeiro lugar Igreja dos pobres de espírito, mas também quer servir à causa dos pobres; é universal, e não de uma classe. Igualmente condena o recurso a violência oriunda da luta de classes, enquanto fere a dignidade humana. “Aqueles que se deixam fascinar por este mito

deveriam refletir sobre as experiências históricas amargas às quais ele conduziu” (ITL,XI,11).

As teses das “teologias da libertação” estão sendo largamente difundidas, sob uma forma ainda simplificada, nos cursos de formação ou nas comunidades de base, que carecem de preparação catequética e teológica e de capacidade de discernimento. São assim aceitas por homens e mulheres generosos, sem que seja possível um juízo crítico (ITL,XI,15).

Por isso os pastores são chamados a vigiar a qualidade e o conteúdo da catequese e da formação, focando a manutenção da pureza da fé, lançando base para uma civilização do amor.

O documento conclui citando as palavras do Papa Paulo VI, na profissão de fé do povo de Deus no dia 30 de Junho de 1968 através do qual a Igreja declara o que ela entende por Reino de Deus:

Nós professamos que o Reino de Deus iniciado aqui na terra, na Igreja de Cristo, não é deste mundo, cuja figura passa, e que seu crescimento próprio não se pode confundir com o progresso da civilização, da ciência ou da técnica humanas, mas consiste em conhecer cada vez mais profundamente as insondáveis riquezas de Cristo, em esperar cada vez mais corajosamente os bens eternos, em responder cada vez mais ardentemente ao amor de Deus e em difundir cada vez mais amplamente a graça e a santidade entre os homens. Mas é este mesmo amor que leva a Igreja a preocupar-se constantemente com o bem temporal dos homens. Não cessando de lembrar seus a seus filhos que eles não tem aqui na terra uma morada permanente, anima-os também a contribuir, cada qual segundo a sua vocação e os meios de que dispõem, para o bem de sua cidade terrestre, a promover a justiça, a paz e a fraternidade entre os homens, a prodigalizar-se na ajuda aos irmãos, sobretudo aos mais pobres e mais infelizes. A intensa solicitude da Igreja, esposa de Cristo, pelas

necessidades dos homens, suas alegrias e esperanças, seus sofrimentos e seus esforços, nada mais é do que seu grande desejo de lhes estar presente para os iluminar com a luz de Cristo e reuni-los todos nele, seu único Salvador. Esta solicitude não pode, em hipótese alguma, comportar que a própria Igreja se conforme às coisas deste mundo, nem que diminua o ardor da espera pelo seu Senhor e pelo Reino eterno²⁰.

3.3.2 Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação²¹

A abordagem deste documento será bem sintética haja vista que para o intento deste artigo o documento mais interessante foi que se trabalhou anteriormente, pois aquele teve a clara intenção de instruir e mostrar os problemas da Teologia da Libertação. Já este se delimita à questão doutrinária.

O documento em questão, Instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação, foi promulgado em 22 de março de 1986 e tem como objetivo conforme o proposto em sua introdução: Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação, onde a Congregação para a Doutrina da Fé se propôs a elaborar um documento de cunho mais doutrinal sobre o tema. Sendo assim, são complementares um ao outro, “devem ser lidos um a luz do outro” (ILCL²²,2,§1).

Desde sua introdução o documento é enfático em afirmar que “a liberdade exige condições de ordem econômica, social, política e cultural que tornem possíveis o seu pleno exercício” (ILCL,1,§1). Porém, tais aspirações às vezes se desviam da verdade do homem e da mensagem cristã.

Na citação do evangelho de Jo 8,32 no qual Jesus diz “a verdade vos libertará” e 14,6, onde Jesus se coloca como “o

²⁰ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*. São Paulo: Paulinas, 1984. apud Paulo VI.

²¹ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação*. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 1986. 73p.

²² Toda vez que for utilizado a sigla ILCL, significa: Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação

Caminho a Verdade e a Vida”, a Congregação é assertiva ao afirmar que a raiz da liberdade está na obra redentora de Cristo que nos libertou do mal mais radical: o pecado (ILCL,3).

O primeiro capítulo ocupa-se com a situação da liberdade no mundo de hoje, que é marcada pelas conquistas da evolução do pensamento humano, especialmente depois da renascença: a busca pela autonomia da razão, a evolução científica, as conquistas sociais e políticas, o liberalismo, entre outros. Tudo isso, tendo como pano de fundo o iluminismo. Contudo, tais conquistas trazem consigo ambiguidades, percebidas no mau uso das mesmas, que acabaram acarretando novas formas de opressão, relativizando o papel de Deus e da Igreja. De modo algum a Igreja calou-se diante disso. A prova maior disso, é o Concílio Vaticano II, através do qual a Igreja reconhece de forma oficial a autonomia das ciências e da política.

Abre-se diante de nós uma nova fase da história da liberdade. As capacidades libertadoras da ciência, da técnica, do trabalho, da economia e da ação política, só darão frutos se encontrarem sua inspiração e medida na verdade e no amor mais forte do que o sofrimento, revelados aos homens por Jesus Cristo (ILCL,24,§4).

O capítulo II trata sobre a vocação do homem à liberdade e drama do pecado, onde o ser humano está sempre em busca de superação, quer sempre mais do pode, porem, na verdade, a sua liberdade está em função do criador, do qual é imagem e semelhança, por isso, é liberdade participada, à qual está condicionada em manter-se em harmonia com Deus. O que o documento salienta é uma liberdade responsável perante a sociedade, a natureza e a Deus, alienando-se de si mesmo, o que no fim acaba gerando as estruturas injustas.

Antes de tudo a Igreja é chamada a ser instrumento da salvação integral do mundo, articulada pelas bem-aventuranças e pelo anúncio do Evangelho, que na ação de seus membros deve “promover uma liberdade integral de tudo aquilo que impede o desenvolvimento das pessoas” (ILCL,63,§3). Ela

permanece “fiel à missão quando exerce seu julgamento a respeito de movimentos políticos que pretendem lutar contra a miséria e a opressão segundo teorias e métodos contrários ao evangelho e opostos ao próprio homem” (ILCL,65§3). Fazendo a opção preferencial pelos pobres, “a Igreja não pode exprimi-la com a ajuda de categorias sociológicas e ideológicas redutoras, que fariam de tal preferencia uma opção partidária e de natureza conflitiva” (ILCL,68,§5). Assim, na ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), as mesmas são chamadas a viverem em unidade com a Igreja e os teólogos a trabalharem à luz da Tradição.

O capítulo V desenvolve a doutrina social da Igreja por uma práxis cristã da libertação, a qual é capaz de iluminar as pessoas a buscarem uma verdadeira mudança das estruturas injustas, excluindo a luta de classes e focando a solidariedade, a dignidade do trabalho humano, a primazia da pessoa sobre o capital, entre outros. Ainda, o documento é firme ao afirmar que a ação política partidária e papel dos leigos e não dos pastores.

Já na conclusão o documento, coloca como modelo de fé na libertação o Magnificat de Maria e ressalta positivamente a força da religiosidade popular nessa busca por liberdade.

mas seria uma grave perversão captar as energias da religiosidade popular com o fim de desviá-las a um projeto de libertação meramente terrena, que se revelaria, muito cedo, uma ilusão e causa de novas servidões. Os que cedem dessa forma às ideologias do mundo e a pretensa necessidade da violência não são mais fiéis à esperança, à sua audácia e coragem, tais como as enaltece o hino ao Deus de misericórdia, que a Virgem nos ensina (ILCL,98).

Por fim, a tarefa prioritária que condiciona o êxito de todas as outras, na busca de uma libertação integral, é a educação para a solidariedade. Em outras palavras, vivenciar efetivamente o mandamento do amor.

4. Conclusões

Diante das manifestações do próprio Papa João Paulo II e da Congregação para a Doutrina da Fé, a Teologia da Libertação passou a ser questionada e até combatida e seus teólogos chamados a se explicarem. No Brasil o exemplo mais claro foi o caso de Leonardo Boff. Além disso, a Igreja ficou mais atenta nas escolhas de bispos. Foram nomeados bispos conservadores em dioceses estratégicas, além de transferências dos clérigos ligados à Teologia da Libertação²³.

Verdadeiramente a Teologia da Libertação nasce de uma reta intenção de busca de justiça social, unida à práxis popular, onde o povo toma consciência de sua situação de oprimido e une-se para superá-la com a ajuda da reflexão teológica ligada à prática pastoral. Não obstante, como consequências surgem na reflexão teológica, linhas contrárias à doutrina tradicional da Igreja.

Leonardo Boff em sua obra Igreja: carisma e poder coloca em xeque o modelo eclesiológico, ao minimizar a hierarquia e enaltecer um modelo pneumatológico de Igreja, que segundo ele, estava sendo gestado nas CEB's. Incutindo assim, ao risco de gerar uma Igreja paralela à oficial. Em resposta, por intermédio do então Cardeal Ratzinger, a Santa Sé reafirmou a constituição hierárquica da Igreja por instituição divina e também o ministério ordenado²⁴.

O marxismo como método de análise social, na opinião da Igreja, quando utilizado carrega obrigatoriamente seus condicionamentos ideológicos, correndo-se o risco em determinado contexto, de utilizar a violência como meio equivocado de libertação, através da luta de classes. Para os teólogos ligados a Teologia da Libertação, o marxismo estaria a serviço de algo maior que é a fé, esclarecendo certas noções

²³ Cf. CONTIERO, Tiago Tadeu. *João Paulo II e a Teologia da Libertação: volta à grande disciplina?* UNESP/Franca. Disponível <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st11/Contiero,%20Tiago%20Tadeu.pdf>. Acesso 25/10/2012, p.8.

²⁴ Cf. GIBELLINI, Rosino. *O debate sobre a Teologia da Libertação*. p.60-61.

teológicas de modo seletivo a respeito das estruturas de exploração²⁵.

Diante do exposto, percebe-se que ambos os lados buscam fazer o certo, por isso, há contribuições mútuas mesmo com ambiguidades e sofrimentos. Por um lado a Teologia da Libertação tem o mérito de ser prática e de colocar o povo como protagonista como consequência da abertura da Igreja pós Vaticano II; por outro, a Igreja preocupou-se com as possíveis consequências anticristãs acarretadas como a politização da teologia, a criação de uma Igreja paralela e o recurso à violência. Desse modo, pode-se entender tal embate como oportunidade de crescimento e amadurecimento para a Igreja contemporânea, que aos poucos vai compreendendo com mais clareza sua missão no mundo.

À guisa de conclusão pode-se afirmar que a Teologia da Libertação possibilitou um crescimento muito grande à reflexão teológica. Na atualidade, após 50 anos da abertura do evento epocal que foi o Vaticano II, ela se faz presente de modo muito mais sereno e maduro inclusive nas reflexões da última Conferencia da Igreja na América Latina e Caribe, a Conferencia de Aparecida. Principalmente com o método Ver-Julgar-Agir. De forma sutil, mas permeia formidavelmente toda a teologia, e claro, muito mais cristã e muito menos marxista.

Referências

BRIGHENTI, Agenor. *A Pastoral dá o que pensar: a inteligência da prática transformadora da fé: Manual Básico de Teologia Pastoral* (Coleção Livros básicos de Teologia). São Paulo: Paulinas; Valencia: Siquem, 2006, 223p.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação*. 3ed. São Paulo: paulinas: 1986.73p.

²⁵Idem, p. 61-62.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*. São Paulo: Paulinas: 1984. 53p.

CONTIERO, Tiago Tadeu. *Joao Paulo II e a Teologia da Libertação: volta à grande disciplina?*UNESP/Franca. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st11/Contiero,%20Tiago%20Tadeu.pdf>. Acesso em 25/10/2012.

GIBELLINI, Rosino. *A Teologia do séc. XX*. São Paulo: Loyola, 1998. 591p.

GIBELLINI, Rosino. *O debate sobre a Teologia da Libertação*. São Paulo: Loyola, 1987.117p.

LIBANIO, Joao Batista. *Igreja contemporânea: encontro com a modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000. 194p.

João Paulo Segundo: 26 anos de pontificado: A primeira advertência. 31 de janeiro de 1979. Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/papa_pontificado/reportagem_310179.html. Acesso em 25/10/2012.

SUFFERT, Georges. *Tu és Pedro: Santos, Papas, Profetas, Martires, Guerreiros, Bandidos, A história dos 20 séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, 519p.